



Jorge Kenedy Almeida Silva

**Regulamentação técnica: proposição de
um código mínimo das boas práticas e
diagnóstico do sistema brasileiro.**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Metrologia da PUC-Rio. Área de concentração: Metrologia para Qualidade e Inovação.

Orientador: Mauricio Nogueira Frota, Ph.D.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2007.



Jorge Kenedy Almeida Silva

**Regulamentação técnica: proposição de
um código mínimo das boas práticas e
diagnóstico do sistema brasileiro.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Metrologia, Qualidade e Inovação do Centro Técnico Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Aprovada pela Comissão Examinadora e homologada pela Coordenação Setorial de Pós-Graduação, formalizado pelas respectivas assinaturas.

Comissão Examinadora:

Prof. Mauricio Nogueira Frota, Ph.D.

Orientador

Programa de Pós-graduação em Metrologia (PósMQI)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Profa. Elisabeth Costa Monteiro, Dra.

Programa de Pós-Graduação em Metrologia (PósMQI)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof. Antônio José Junqueira Botelho, Ph.D.

Programa de Pós-Graduação em Metrologia (PósMQI)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Profa. Maria de Fátima Ludovico de Almeida, Dra.

Petrobras Transporte S.A. (Transpetro)

Coordenação Setorial de Pós-Graduação:

Prof. José Eugênio Leal, Dr.

Coordenador Setorial de Pós-Graduação do
Centro Técnico Científico PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2007.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Jorge Kenedy Almeida Silva

Graduado em Administração de Empresas (1992) e Matemática (2002), Especialização em Matemática (2004) pela Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Oficial do Exército Brasileiro, no posto de 1º Tenente de 2ª Classe, da Arma de Infantaria (1989-93).

Ficha Catalográfica

Silva, Jorge Kenedy Almeida

Regulamentação técnica: proposição de um código mínimo das boas práticas e diagnóstico do sistema brasileiro / Jorge Kenedy Almeida Silva; orientador: Mauricio Nogueira Frota-2007.

185 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Metrologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Metrologia. 2. Normas técnicas. 3. Regulamentação técnica. 4. Boas práticas da regulamentação.

CDD: 389.1

À minha esposa Simone Simões de Oliveira Silva
e filha Michele Simões Almeida Silva,
pelo apoio, carinho e confiança.

Agradecimentos

Ao orientador Professor Doutor Maurício Nogueira Frota, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Metrologia da PUC-Rio, pelo apoio, dedicada orientação presente em todos os momentos de concepção, reflexão e desenvolvimento da presente dissertação de mestrado, registrando-se, a confiança depositada e o permanente estímulo ao meu desenvolvimento profissional.

Ao Mestre Pedro Paulo Almeida Silva, Assessor da Diretoria de Metrologia Legal do Inmetro, pelo mais explícito estímulo para realização desta dissertação.

Aos profissionais do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), pelas informações fornecidas relacionadas à regulamentação técnica brasileira, destacando-se a desprendida colaboração de Íris Trindade Chacon (Chefe da Divisão de Instrumentos de Massa Específica, Temperatura e Outros), Mauricio Martinelli Réche (Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Regulamentação Metrológica da Diretoria de Metrologia Legal), Anna Camboim (Gerente do Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações - Inmetro).

Aos órgãos regulamentadores brasileiros que colaboraram com o desenvolvimento do trabalho aceitando responder o instrumento de coleta de dados.

À PUC-Rio, pelo ambiente acadêmico-científico favorável no desenvolvimento deste trabalho e ao CNPq, pela bolsa concedida.

Ao especialista da Qualidade Marcus Vinicius Porto, pela dedicada contribuição nas etapas de definição do tema e reflexões sobre o instrumento de coleta de dados.

À secretária do Mestrado em Metrologia para Qualidade e Inovação da PUC-Rio, Márcia Ribeiro Teixeira, pelo permanente suporte administrativo e presteza com que sempre atende nossas demandas.

Aos meus colegas e companheiros do Pós MQI/PUC-Rio, por colaborarem na manutenção do ambiente criativo e agradável que juntos compartilhamos no acolhedor campus da PUC-Rio, ambiente de estímulo e inovação.

Aos professores pelos ensinamentos e aos funcionários pelo desprendido suporte.

Aos professores que aceitaram participar da comissão examinadora pelas relevantes sugestões.

Aos amigos Jaime Mamani Ticono, Ricardo Antunes Gomes, Arnaldo Melgaço da Silva, Márcio Cândido da Silva e Sérgio Henrique Silva Júnior, sempre presentes nessa fascinante caminhada.

Aos amigos e professores Lindonor G. Siqueira, Ângelo S. Siqueira, Jéferson Dias dos Santos, Jonas Luiz Pedroza e Lenir de Pina Jordão, pelo estímulo constante.

A minha esposa Simone Simões de Oliveira Silva e a minha filha Michele Simões Almeida Silva que participaram diretamente do processo de motivação.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos pelo carinho e estímulo.

E também, a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para o desenvolvimento do presente trabalho.

Resumo

Silva, Jorge Kennedy Almeida; Frota, Maurício Nogueira. **Regulamentação técnica: proposição de um código mínimo das boas práticas e diagnóstico do sistema brasileiro**. Rio de Janeiro, 2007. 185 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Metrologia. Área de concentração: Metrologia para Qualidade e Inovação (Pós-MQI), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Objetivo: Proposição de um código mínimo das ‘boas práticas da regulamentação técnica’ com vistas a disciplinar o desenvolvimento e a aplicação de regulamentos e assegurar que estes somente sejam introduzidos quando justificados com base em objetivos legítimos e em benefício da eficiência de qualquer sistema regulatório, com o propósito de evitar barreiras desnecessárias ao comércio e sem prejuízo dos interesses públicos. **Motivação:** Contribuir para o avanço do conhecimento sobre regulamentação técnica e para o aprimoramento das práticas regulatórias do sistema brasileiro, assim facilitando a inserção comercial do País em âmbito internacional. **Contextualização:** O trabalho se desenvolveu no contexto de um movimento mundial de harmonização de nomenclaturas e procedimentos regulatórios ainda em uso nos países membros da Organização Mundial do Comércio, reconhecendo-se, entretanto, que aspectos puramente técnicos não são capazes de justificar um modelo unificado. **Metodologia:** A proposição das boas práticas da regulamentação baseou-se: (i) na análise das características mínimas dos sistemas regulatórios em relação às recomendações da Organização Mundial do Comércio, do Código de Alfândega e de acordos comerciais regionais e internacionais de conceituados organismos; (ii) no diagnóstico da regulamentação técnica vigente no País à luz da prática internacional e na identificação dos diferentes atores que integram o sistema regulatório brasileiro; e (iii) na identificação dos aspectos funcionais e na eficácia do sistema regulatório brasileiro, por meio de pesquisa de campo conduzida junto aos 29 organismos que integram o referido sistema. **Resultados:** À luz da prática internacional, o trabalho identifica, discute e fundamenta um conjunto de nove parâmetros considerados essenciais às boas práticas da regulamentação, a saber: (i) aderência aos preceitos básicos e nomenclatura internacional; (ii) coordenação integrada do sistema nacional de regulamentação; (iii) sistemática para avaliação de riscos pela introdução ou não de um determinado regulamento técnico; (iv) infra-estrutura de comitês técnicos; (v) sistema nacional de normalização; (vi) sistema nacional de metrologia; (vii) infra-estrutura básica para avaliação da conformidade; (viii) redes de segurança do sistema regulatório e (ix) acompanhamento de mercado. **Conclusões:** A introdução de um código de boas práticas da regulamentação constitui pré-condição ao adequado funcionamento de qualquer sistema regulatório. Nove atributos essenciais foram caracterizados à luz da prática internacional como elementos que devem integrar um código mínimo capaz de proporcionar a harmonização entre os órgãos regulamentadores do país, a interação dos órgãos regulamentadores com o *Ponto Focal Brasileiro*, a promoção da cidadania, o desenvolvimento econômico e a redução dos impactos sócio-econômico-ambiental-cultural da regulamentação técnica.

Palavras-chave:

1. Metrologia. 2. Normas técnicas. 3. Regulamentação técnica. 4. Boas práticas da regulamentação.

Abstract

*Silva, Jorge Kenedy Almeida; Frota, Maurício Nogueira. **Technical regulation: proposition of a minimum code of the good regulatory practices and diagnosis of the Brazilian system.** Rio de Janeiro, 2007. 185p. Master dissertation. – Post-graduation programme in Metrology. Area of concentration: Metrology for quality and innovation. Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio).*

Objectives: The aim of this study is to formalize a set of rules, principles and instruments to suit the purpose of a “good technical regulatory practice” that would discipline the development and application of technical regulations based on legitimate objectives oriented by public interests. Such framework is required for the benefit of an efficient regulatory system to avoid unnecessary barriers to trade and without loss of public interests. **Motivation:** To contribute to the advance of technical regulation and best regulatory practices in Brazil, as a strategy to promote the country internationally. **Context:** The study was developed in the context of a worldwide movement, coordinated by the WTO, to harmonize nomenclature and procedures and to develop good regulatory practices, recognizing that purely technical aspects are not suffice to justify a unified approach. **Methodology:** The good regulatory practice here proposed is based on: (i) a diagnosis of technical regulation in place (ii) a search of the minimum characteristics of the regulatory systems in the light of WTO recommendations and relevant commercial agreements and (iii) a review of the specialized literature and an exploratory survey among the regulatory bodies to find out their functional and operational aspects. **Results:** In the light of international practices, this work identifies, discusses and establishes a set of guiding principles considered essential to good regulatory practice, namely: (i) adherence to basic precepts and international practices; (ii) risk assessment associated with the introduction or not of a specific regulation; (iii) integrated coordination of a national system of regulation; (iv) infra-structure of national committees; (v) a national system of standardization; (vi) a national system of metrology; (vii) basic infra-structure for conformity assessment; (viii) security networks for the regulatory system and (ix) market surveillance. **Conclusions:** The introduction of a code of regulatory practices constitutes a pre-condition to an adequate functioning of any regulatory system. In the light of the best international regulatory practices, nine essential attributes were identified to promote harmonization of the regulatory bodies and information exchange between them; citizenship; economic development and reduction of their cultural, environmental, economic and social impacts.

Keywords: 1. Metrology. 2. Technical standards. 3. Technical regulation. 4. Good regulatory practice.

Sumário	
1 O ambiente do sistema regulatório	16
1.1. Agências reguladoras: perspectiva histórica	17
1.2. Regulação e regulamentação, uma dualidade de conceito	22
1.3. Objetivo, motivação e contexto	23
1.4. Metodologia	24
1.5. Estrutura do trabalho	25
2 Fundamentos da regulamentação técnica	27
2.1. Considerações sobre o Acordo TBT	28
2.2. Orientações para a União Européia: uma abordagem robusta	30
2.3. Orientações para ação alfandegária	34
2.4. Norma e regulamento técnico: conceituação	34
2.4.1. Inter-relacionamento entre os conceitos	37
2.4.2. Regulamentação: instrumento de redução de barreiras técnicas	38
2.4.3. Normalização: acesso a fontes de informação	40
2.4.4. Regulamentação: acesso a fontes de informação	41
2.5. A regulamentação técnica nos países: diferentes abordagens	42
2.6. Principais organismos internacionais de normalização	43
2.7. Preceitos básicos da harmonização	45
2.8. Normas internacionais: uma estratégia de harmonização	46
2.9. A importância da gestão da qualidade na regulamentação	47
2.10. Requisitos impostos sobre embalagens no comércio	50
2.10.1. Etiquetagem	51
2.10.2. Eco-etiquetagem	52
3 As boas práticas da regulamentação técnica	55
3.1. Aderência aos preceitos básicos	59
3.1.1. Taxonomia da regulamentação	60
3.1.2. Adequação da resposta regulatória	61
3.2. Sistema nacional de regulamentação: coordenação	62
3.2.1. Comissão nacional para assuntos regulatórios	62
3.2.2. Negociações de comércio: resultados esperados	64
3.3. Sistemática de avaliação de riscos	67
3.4. O sistema nacional de normalização	71
3.5. O sistema nacional de metrologia	72
3.5.1. Metrologia científica	72
3.5.2. Metrologia industrial	73
3.5.3. Metrologia legal	73

3.6. Infra-estrutura de comitês técnicos	79
3.7. Infra-estrutura básica para avaliação da conformidade	80
3.7.1. Mecanismos	81
3.7.2. Classificação	85
3.7.3. Natureza	85
3.8. Redes de segurança do sistema regulatório	85
3.8.1. Redes de segurança baseada em estatutos	86
3.8.2. Sistema de leis civis	86
3.9. Acompanhamento de mercado	86
3.9.1. Atividades de fiscalização	88
3.9.2. Monitoração de produtos introduzidos no mercado	88
3.9.3. Ações corretivas	89
3.9.4. Atividades complementares	89
3.10. Considerações sobre um código mínimo	90
4 Análise do sistema regulatório brasileiro	94
4.1. Vertente de análise 1: acervo documental e institucional	95
4.1.1. Pesquisa do acervo documental	95
4.1.2. Pesquisa do acervo institucional (órgãos regulamentadores)	97
4.2. Vertente de análise 2: elementos essenciais do sistema regulatório	103
4.2.1. Aderência aos preceitos básicos	103
4.2.2. Coordenação integrada do sistema de regulamentação	104
4.2.3. Sistemática de avaliação de riscos	106
4.2.4. Sistema Brasileiro de Normalização (SBN)	106
4.2.5. Sistema Nacional de Metrologia	108
4.2.6. Infra-estrutura de comitês técnicos	110
4.2.7. Infra-estrutura brasileira para avaliação da conformidade	113
4.2.8. Redes de segurança do sistema regulatório brasileiro	115
4.2.9. Ações de acompanhamento de mercado no Brasil	116
4.2.10. Considerações sobre a necessidade de um código mínimo no Brasil	121
4.3. Vertente de análise 3: análise da eficácia do sistema regulatório	122
4.3.1. Formulação da pesquisa de campo	122
4.3.2. Consistência da pesquisa de campo	125
5 Conclusões e recomendações	127
Recomendações	132
Referências bibliográficas	134
Apêndice A. Instrumento de coleta de dados: elementos da regulamentação técnica brasileira	148

Apêndice B. Especialistas participantes	150
Apêndice C. Processamento dos dados coletados	151
Anexo 1. Lei nº. 5.966, dezembro 11, 1973	155
Anexo 2. Lei nº. 9.933, dezembro 20, 1999	157
Anexo 3. Resolução nº. 11/75	162
Anexo 4. Resolução nº. 02, janeiro 8, 1992	163
Anexo 5. Resolução nº. 06, agosto 24, 1992	164
Anexo 6. Resolução nº. 04, maio 26, 1993	173
Anexo 7. Resolução nº. 01, maio 19, 1995	174
Anexo 8. Resolução nº. 05, setembro 4, 1995	175
Anexo 9. Resolução nº. 02, junho 9, 2005	177
Anexo 10. Addendum (Instrumento do Ponto Focal)	179
Anexo 11. Corrigendum (Instrumento do Ponto Focal)	180
Anexo 12. Notification (Instrumento do Ponto Focal)	181
Anexo 13. Revision (Instrumento do Ponto Focal)	183
Anexo 14. Communication from Brazil (Ponto Focal)	184

Lista de Figuras

Figura 1. Modelo de sistema de gestão da qualidade baseado em processo	48
Figura 2. Etapas fundamentais da análise de impacto de risco (RIA).....	68
Figura 3. Plano de Regulamentação: Matriz Risco-Probabilidade.....	69
Figura 4. Funções das boas práticas da regulamentação técnica.....	91
Figura 5. Estruturas, níveis hierárquicos e modelo para implementação de um sistema regulatório.....	93

Lista de Tabelas

Tabela 1. Exemplos de eco-etiquetagem no âmbito de países.....	53
Tabela 2. Exemplos de rótulos ambientais regionais.....	54
Tabela 3. Exemplos de rótulos ambientais internacionais.....	54
Tabela 4. Funções básicas das BPR.....	92

Abreviaturas e siglas utilizadas

Abimaq	– Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abinee	– Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMN	– Acordo Mercosul de Normalização
ANA	– Agência Nacional de Águas
Aneel	– Agência Nacional de Energia Elétrica
Anatel	– Agência Nacional de Telecomunicações
Antaq	– Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	– Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa	– Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apec	– Asian Pacific Economic Co-operation
ANP	– Agência Nacional do Petróleo
ANS	– Agência Nacional de Saúde
Aplac	– Asia Pacific Laboratory Accreditation Co-operation
Arso	– African Regional Organization for Standardization
BIPM	– Bureau International des Poids et Mesures
BPR	– Boas Práticas da Regulamentação
CAC	– Codex Alimentarius Commission
Cade	– Conselho Administrativo de Direito Econômico
Caint	– Coordenação Geral de Articulação Internacional
Can	– Comunidade Andina
Casco	– Committee on Conformity Assessment
CBAC	– Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade
CBTC	– Comitê de Coordenação de Barreiras Técnicas ao Comércio
CBM	– Comitê Brasileiro de Metrologia
CBN	– Comitê Brasileiro de Normalização
CBR	– Comitê Brasileiro de Regulamentação
CCAB	– Comitê Codex Alimentarius do Brasil
CEN	– European Committee for Standardization
Cenelec	– European Committee for Electrotechnical Standardization
CGQV	– Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
Cnen	– Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
Conama	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conmetro	– Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Copant	– Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas
CPCON	– Comissão Permanente de Consumidores
CTA	– Centro Tecnológico Aeroespacial
Ctex	– Centro Tecnológico do Exército
Denatran	– Departamento Nacional de Trânsito
DPC	– Diretoria de Portos e Costas
DPDC	– Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
DNPM	– Departamento Nacional de Produção Mineral
EA	– European Co-operation for Accreditation
EFTA	– European Fair Trade Association
ETSI	– European Telecommunication Standards Institute
FAO	– Food and Agriculture Organization of the United Nations

FLO	– Fairtrade Labelling Organizations
FSC	– Forest Stewardship Council
Fundacentro	– Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho
GAAT	– Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEN	– Global Ecolabelling Network
IAAC	– Inter-American Accreditation Cooperation
IAF	– International Accreditation Forum
Iata	– International Air Transport Association
Icao	– International Civil Aviation Organization
Idec	– Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IEC	– International Electrotechnical Commission
Ilac	– International Laboratory Accreditation Cooperation
IMO	– International Maritime Organization
Inmetro	– Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Inpe	– Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPC	– International Association for Personnel Certification
Ipem	– Instituto de Pesos e Medidas
IPPC	– International Plant Protection Convention
IRD	– Instituto de Radioproteção e Dosimetria
Iseal	– International Social and Environmental Accreditation and Labeling
ISO	– International Organization for Standardization
ITC	– International Trade Center
ITU	– International Telecommunication Union
ITU-T	– ITU Telecommunication Standardization Sector
Mapa	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MC	– Ministério das Comunicações
MCidades	– Ministério das Cidades
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	– Ministério da Defesa
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Mercosul	– Mercado Comum do Cone Sul
MF	– Ministério da Fazenda
MJ	– Ministério da Justiça
MME	– Ministério das Minas e Energia
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
MRA	– Mutual Recognition Arrangement
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
MS	– Ministério da Saúde
MT	– Ministério dos Transportes
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
NIST	– National Institute of Standards and Technology
NMI	– National Measurement Institute
OECD	– Organization for Economic Co-operation and Development
OIE	– Office International des Epizzoties
OIML	– International Organization of Legal Metrology

OIN	– Organismo Internacional de Normalização
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONGs	– Organizações Não-Governamentais
ONN	– Organismo Nacional de Normalização
ORN	– Organismo Regional de Normalização
PAC	– Pacific Accreditation Co-operation
PFB	– Ponto Focal Brasileiro
PND	– Programa Nacional de Desestatização
PTB	– Physicalische Technische Bundesanstalt
RBMLQ-I	– Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro
RIA	– Risk Impact Analysis
RT	– Regulamento Técnico
RTM	– Regulamento Técnico Metrológico
SADCA	– Southern African Development Cooperation for Accreditation
SBN	– Sistema Brasileiro de Normalização
SCSC	– Sub-Committee on Standards and Conformance
Sindimaq	– Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas
Sinmetro	– Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
SPS	– Sanitary and Phytosanitary Measures
Susep	– Superintendência de Seguros Privados
TBT	– Technical Barriers to Trade
Unido	– United Nations Industrial Development Organization
UNCTAD	– United Nation Conference on Trade and Development
VIM	– Vocabulário Internacional de Termos Fundamentais e Gerais de Metrologia
WSSN	– World Standards Services Network
WTO	– World Trade Organization

Páginas web de interesse

ABNT	-	< www.abnt.org.br >
ANA	-	< www.ana.gov.br >
Anatel	-	< www.anatel.gov.br >
Aneel	-	< www.aneel.gov.br >
ANP	-	< www.anp.gov.br >
ANS	-	< www.ans.gov.br >
Antaq	-	< www.antaq.gov.br >
ANTT	-	< www.antt.gov.br >
Anvisa	-	< www.anvisa.gov.br >
Cnen	-	< www.cnen.gov.br >
CAC	-	< www.codexalimentarius.net >
Conama	-	< www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm >
Ctex	-	< www.exercito.gov.br/06OMs/centros/ctex/indice.htm >
CTA	-	< www.cta.br >
Denatran	-	< www.denatran.gov.br >
DNPM	-	< www.dnpm.gov.br >
DPC	-	< www.dpc.mar.mil.br >
Fundacentro	-	< www.fundacentro.gov.br >
GEN	-	< www.gen.gr.jp >
Iata	-	< agencyproducts@iata.org >
Icao	-	< sales_unit@icao.int >
IEC	-	< www.iec.ch >
IMO	-	< www.imo.org >
Inmetro	-	< www.inmetro.gov.br >
Inpe	-	< www.inpe.br >
IPPC	-	< www.fao./ag/agpp/pr/en/ippce.htm >
IRD	-	< www.ird.gov.br >
ISO	-	< www.iso.ch >
ITC	-	< www.intracen.org >
ITU	-	< www.itu.int >
ITU-T	-	< www.itu.int/itu-t >
Mapa	-	< www.agricultura.gov.br >
MC	-	< www.mc.gov.br >
MCidades	-	< www.cidades.gov.br >
MCT	-	< www.mct.gov.br >
MD	-	< www.defesa.gov.br >
MDIC	-	< www.desenvolvimento.gov.br >
MMA	-	< www.mma.gov.br >
MME	-	< www.mme.gov.br >
MS	-	< www.saude.gov.br >
MT	-	< www.transportes.gov.br >
MTE	-	< www.mte.gov.br >
OIE	-	< www.oie.int >
OIML	-	< www.oiml.org >
PFB	-	< www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/ >
WSSN	-	< wssn.net >
WTO	-	< www.wto.org >